

INDUSTRIALIZAÇÃO E CAPITAL ESTATAL: UM ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

Marco Antonio Henrique

Universidade Federal de São Paulo
marcohenrique@hotmail.com

Fábio Ricci

Universidade de Taubaté
professorfaboricci@gmail.com

RESUMO

O presente artigo discute a relação entre as políticas públicas e o consequente crescimento e desenvolvimento econômico regional. Desenvolvimento econômico tem um conceito mais amplo que crescimento uma vez que abrange não apenas o aumento da riqueza, mas também melhorias efetivas nos padrões de vida das pessoas de determinado lugar. Para tanto, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e documental para fundamentar o aspecto básico da industrialização brasileira e as conseqüências na economia regional, sobretudo no que diz respeito à intervenção estatal e investimentos públicos localizados. Apresenta e discute políticas econômicas e seus impactos regionais: as decisões de investimentos baseados em incentivos fiscais, a fiscalização de tais políticas e os impactos dela decorrentes. O artigo aborda ainda (embora superficialmente) a situação do país hoje, suas necessidades e perspectivas diante dos problemas atuais e sua inserção na economia internacional. O capital estatal como base econômica do município de São José dos Campos foi e continua sendo de fundamental importância, embora tenha trazido dependência da permanência das empresas pública na região.

Palavras-chave: São José dos Campos, industrialização, políticas, desenvolvimento regional.

INDUSTRIALIZATION AND STATE CAPITAL: A STUDY OF REGIONAL DEVELOPMENT IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

ABSTRACT

This article discusses the relationship between public policy and the consequent growth and regional economic development. Economic development is a broader concept that growth since it covers not only the increase of wealth, but also real improvements in living standards of people in one place. To this end, we used a literature search and document to substantiate the key aspect of industrialization and the consequences on the regional economy, especially with regard to state intervention and public investments located. Presents and discusses economic policies and their regional impacts: investment decisions based on tax incentives, monitoring of such policies and the impacts arising from it. The article also addresses (albeit superficially) the situation in the country today, their needs and perspectives on current problems and their integration into the international economy. In this study we can conclude that the participation of state capital in the economy of São José dos Campos was and remains crucial, although it has brought dependence of the permanence of public companies in the region.

Keywords: São José dos Campos, industrialization, political, regional development.

INTRODUÇÃO

O processo de industrialização brasileira teve seu início tardio e motivado por diversos fatores inesperados, o que os estudiosos chamam de “choques adversos”. Essas adversidades levaram a economia agrária do início do século XX a industrialização, sobretudo na segunda metade do século. Entre as teorias que explicam o processo de industrialização está a

Recebido em 21/08/2011

Aprovado para publicação em 31/07/2012

“incentivada por políticas públicas”. Essas políticas referiam-se a proteção a indústria nacional, incentivos fiscais e investimentos diretos na economia.

O município de São José dos Campos teve investimentos estatais de grande porte no setor aeronáutico. Esses investimentos levaram a industrialização do município, foram criadas empresas estatais do setor aeronáutico e indústrias privadas (algumas multinacionais) que aproveitaram os incentivos fiscais e a rápida ascensão local para investimentos locais.

Para desenvolver esse artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Com a análise dos diferentes pensadores foi possível descrever de maneira lógica e ordenada a questão da industrialização em São José dos Campos-SP e a contribuição do capital estatal nesse processo (MARTINS, 1994).

Segundo Vergara (2000, p.12) “método é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento”. Nesse aspecto, o método é a maneira utilizada pelo autor para se chegar aos resultados esperados na pesquisa, é a maneira utilizada pelo pesquisador para desenvolver uma pesquisa. Neste sentido, com o método chega-se a conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista, significa a escolha dos procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos, ou seja, ao estudar determinado objeto, a metodologia mostra quais os procedimentos utilizados pelo pesquisador para atingir seu fim (RICHARDSON, 1999; LAKATOS, 2003).

Quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa exploratória e descritiva, já que busca tornar explícito, explorar descrever o processo de industrialização no Brasil a partir de políticas desenvolvimentistas, sua influência no município de São José dos Campos, discute e propõe novos entendimentos para posteriormente permitir a proposta de estudos mais aprofundados. É uma pesquisa exploratória, pois foi realizada em uma área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 2000).

1 A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS

No ano de 1844 a Lei Alves Branco estipulava taxas de importação de 20% para importação de produtos que não tivesse um similar nacional e 60% para aqueles que possuíssem similar nacional. Essa foi uma forma de proteger a indústria nacional e incentivar a compra do nacional ao importado (VIEIRA, 2009).

No entanto, o processo de industrialização do país teve início nos anos de 1885. Fatores como mão de obra assalariada, formadas com a imigração em massa, a abolição da escravatura e a intensificação das estruturas pré-capitalistas tiveram um papel primordial. As mudanças sociais, que não mais aceitavam que o país devesse ser exclusivamente agrário contribuíram de maneira muito especial para o processo de industrialização. No final do século XIX, o Brasil já contava com grandes indústrias como: as indústrias Matarazzo; o grupo Votorantim e outros grandes grupos industriais (LACERDA, 2006).

Curado e Cruz (2008) ao fazer a divisão das fases da industrialização utiliza a conceituação estipulada por Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello, ambos da Unicamp:

- I. A fase do crescimento com a diversificação da atividade industrial (1860-1933);
- II. A industrialização restringida (1933-1955);
- III. A industrialização pesada (1955-1980).

Na primeira fase a industrialização apresenta um aumento de produtos de consumo não duráveis com pouca representatividade de produtos ligados a produção de bens e intermediários. Nesse período a industrialização estava bastante ligada ao setor cafeeiro, sendo um complemento econômico à atividade agrícola (CURADO & CRUZ, 2008).

Na segunda fase a industrialização se intensifica e o ritmo de crescimento da economia passou a estar ligado com a expansão industrial. Houve um ligeiro aumento da produção de bens de capital e uma diminuição da importância dos bens de consumo. Um crescimento endógeno não ligado a demanda externa, mas acumulação de capital no setor industrial. Essa fase ficou

conhecida como “industrialização restringida” uma vez que a produção industrial estava ligada a capacidade de importação de bens de produção, o que dependia das divisas obtidas do setor primário exportador (CURADO & CRUZ, 2008).

A terceira fase de industrialização, conhecida como industrialização pesada inicia-se em 1955 com o Plano de Metas. Essa época é marcada por investimentos em blocos localizados na economia, com a forte presença do capital internacional e público na economia. O que distingue essa fase das demais é o tipo de investimento: que cresce frente a demanda de produtos industrializados e pelas estruturas técnica e financeira do capital (CURADO & CRUZ, 2008).

Para Suzigan (2000) a industrialização no Brasil surgiu a partir de quatro grandes interpretações:

- Teoria dos choques adversos: analisa a industrialização a partir de crises no setor importador e crises econômicas internacionais. Seriam essas adversidades as responsáveis pela industrialização no Brasil uma vez que com elas surgiram dificuldades na exportação de produtos agrícolas e isso um mercado interno motivado pela necessidade de bens antes importados;
- Industrialização como resultado da expansão das exportações: analisa a industrialização como resultado das exportações. As exportações de café criaram no Brasil condições para a industrialização. Criaram-se habilidades empresariais, infraestrutura, capital para investimento e mão-de-obra para que se desenvolvesse a industrialização;
- Industrialização como desenvolvimento do capitalismo ou capitalismo tardio: Analisa a industrialização como desenvolvimento da economia baseada na produção cafeeira. Sugere a transição da economia agrícola para a industrial como a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Condições internas e externas teriam criado condições para a industrialização;
- Industrialização promovida por políticas governamentais: Analisa a industrialização como sendo promovida por políticas governamentais. Através de subsídios, políticas fiscais e proteção tarifária, o governo criou as condições necessárias para promover a industrialização no Brasil.

O Brasil do começo do século XX possuía uma economia baseada na agricultura, sobretudo a do café, sendo esse o produto mais importante e mais dinâmico de exportação do país. Com a abolição da escravatura houve excesso de mão-de-obra provinda da cultura cafeeira, com as exportações foi possível acumular capital e adquirir habilidades empresariais e com a crise no setor exportador provocada pela “grande depressão de 1929” o mercado teve que se adaptar as novas mudanças. Estavam criadas as bases da industrialização brasileira. Desta forma, foi possível diversificar as atividades econômicas internas e modernizar a economia. A sociedade (mercado consumidor) passou a necessitar de bens de consumo e equipamentos duradouros: máquinas e equipamentos, implementos agrícolas, insumos, material de transporte etc. Isso criou no Brasil condições para que se desenvolvessem indústrias que suprissem a demanda interna (SUZIGAN, 2000).

De acordo com Toledo (2008) a conjuntura favorável à produção do café levou a superprodução nacional que ultrapassou o consumo mundial, o que levou o governo brasileiro intervir na economia. Em 1906 acontecia na cidade de Taubaté, interior de São Paulo o “Convênio de Taubaté” importante evento para a política da época que tinha por objetivo controlar o preço no mercado internacional. O governo comprava a produção excedente a fim de manter o preço. Essa ajuda aos cafeicultores estava atrelada a manutenção da produção, o que não aconteceu e levou ao aumento da oferta do produto, o que causou a falha da política pública. Entrava em crise o produto mais dinâmico da economia da época e com ele o sistema econômico como um todo.

De acordo com Lacerda (2006) “de modo geral, até a década de 1930, o desenvolvimento capitalista do país tivera um caráter esporádico devido as condições de domínio do latifúndio semi feudal e as formas de capitalismo inferiores”. Com a crise mundial, a cafeicultura brasileira encontrava-se em uma situação extremamente vulnerável: No período de 1925-1929, a produção crescera quase 100% A produção de café em expansão, as exportações afetadas, o que fazer com essa produção excedente que não conseguiria sair facilmente do país? Essa

era uma situação difícil de ser resolvida, uma vez que o governo não poderia abandonar os cafeicultores, que representavam a elite brasileira. O governo então resolveu bancar a colheita e comprar a produção. Essa medida não gerou resultados satisfatórios, uma vez que a economia estava estagnada. A Grande Depressão provocou uma diminuição do nível de renda de 25% a 30% e o índice de preços dos produtos importados subiu 33%. A dificuldade na importação não apenas fez o preço dos produtos subirem, mas houve também uma redução de 60%, baixando de 14% para 8% do PIB - Produto Interno Bruto.

Ainda, segundo Lacerda (2006, p.84): “foi na economia brasileira que o processo de substituição das importações proporcionou maior desenvolvimento industrial”. Esse processo de substituição surgiu da necessidade de atender a demanda por produtos e pelas condições encontradas no país, bastante favoráveis ao processo de industrialização. Essa política de substituição foi fundamentada pela Comissão Econômica para a América Latina. Acreditavam que quando o país passava por crises como a Grande Depressão de 1930 e as duas Guerras Mundiais, o choque adverso criado por essas crises ocasionava um desenvolvimento voltado para dentro.

Basicamente, a substituição das importações e a emergência e difusão da habilidade empresarial foram os responsáveis pelo processo de industrialização no Brasil. Os empresários, durante as exportações adquiriam experiências de mercado e habilidades que passaram a ser fundamentais nesta nova fase. Essa experiência tornou-se de grande utilidade para incrementar novos negócios (MARTINS, 1990).

Dentre os maiores problemas que precisariam ser resolvidos no país estava à questão da formação de capital. Estudos feitos pela Cepal mostravam que o país não possuía uma poupança interna, e que para conseguir o capital necessário para grandes investimentos seria necessária uma mudança comportamental da sociedade, ou então atrair investimentos externos. Entretanto, para atrair investimentos de fora seria necessário criar situações confortáveis para que o capital estrangeiro entrasse no país.

Destaca-se o pensamento nacionalista de Celso Furtado (da Cepal), que defendia a ampla participação do Estado na economia. Segundo ele, as empresas estatais deveriam investir em infraestrutura para garantir a industrialização do país, assim como o rompimento com as oligarquias e a criação de políticas sociais de distribuição de renda e reforma agrária. Esse rompimento das oligarquias deveria ser acompanhada de inovações tecnológicas que visassem a modernização inclusive do setor agrícola (VIEIRA, 2009).

Com a necessidade de atrair investimentos de fora para o Brasil, o governo cria condições que faz com que o capital externo entre na economia brasileira, em especial através de mudanças da taxa de câmbio e mudanças estruturais. Até 1953 a taxa de câmbio foi mantida fixa pelo governo. Com a moeda nacional valorizada em relação ao dólar, as indústrias nacionais seriam beneficiadas devido a importação de produtos. Essa disparidade cambial trouxe grandes conseqüências às indústrias brasileiras. A valorização da moeda nacional significava preços mais baixos em cruzeiros para produtos importados. Com relação aos exportadores, estes receberiam menos por seus produtos, uma vez que os preços das exportações estavam fixados internacionalmente (MANTEGA, 1990).

Somente em 1953, com a desvalorização do cruzeiro, iniciava-se uma série de medidas de atratividade de capital estrangeiro na economia. Essas medidas levaram o país a se industrializar e ocupar um papel de destaque na economia mundial (MANTEGA, 1990).

De acordo com Melo (2009), um dos grandes estímulos ao setor industrial foi a criação da Instrução 113 da SUMOC Superintendência da Moeda e do Crédito. Essa política tinha por objetivo permitir a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial. Essa medida teve como conseqüência imediata a expansão de áreas estratégicas da indústria brasileira, sobretudo ligadas a indústrias de base. O governo de Getúlio Vargas criou condições de atratividade do capital estrangeiro e investiu pesado em setores estratégicos e energia. São dessa época:

- Conselho Nacional do Petróleo (1938);
- Companhia Siderúrgica Nacional (1941);
- Companhia Vale do Rio Doce (1943);
- Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

No Brasil, a política de industrialização pesada ganha força em especial no Plano de Metas, em que o governo começou grandes obras com a finalidade de gerar crescimento econômico. O governo assumia os setores menos lucrativos da economia, que necessitavam de enormes montantes de capital e longo prazo de maturação (MANTEGA, 1990).

De acordo com Vieira (2009), o Plano de Metas visava investimento em trinta e uma metas prioritárias, divididas em cinco grupos estratégicos e a meta síntese – a construção da nova capital federal:

- Energia (43% dos investimentos);
- Transporte (29,6% dos investimentos);
- Alimentação (3,2% dos investimentos);
- Indústria de base (20,4% dos investimentos);
- Educação (3,4% dos investimentos);
- Construção de Brasília.

O crescimento econômico superior a média apresentada historicamente foi o que marcou o governo de JK. As políticas públicas orientadas para o desenvolvimento defendiam a participação do Estado como indutor do processo de crescimento econômico: sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos, principalmente através de políticas que atraíssem e gerenciassem o investimento externo nas áreas estratégicas: infraestrutura e indústria siderúrgica (VIEIRA, 2009).

No período do governo militar, a criação do I e do II PNDs – Plano Nacional de Desenvolvimento tinha por objetivo continuar o processo de industrialização iniciado pelo governo JK e elevar o país a potência mundial. Ainda, foi desta época: a intensificação de políticas de substituição das importações - que visavam produzir no mercado interno produtos antes importados; o Programa Nacional do Alcool – que tinha por objetivo amenizar a crise do petróleo com a substituição pelo álcool; e a desconcentração da indústria da capital para o interior (TERCI, 2009).

No Brasil, o processo de industrialização saiu das capitais para o interior dos estados. No interior de São Paulo, criaram-se centros dinâmicos regionais, como por exemplo, em Santos, Campinas, Sorocaba e no Vale do Paraíba Paulista, em especial em São José dos Campos. Houve uma grande penetração de capital estrangeiro que criaram as multinacionais e uma elite empresarial local. Esse processo ocasionou o crescimento econômico no interior do estado, principalmente em regiões próximas a capital (RICCI, 2007).

No período do Milagre Econômico brasileiro as maiores taxas de crescimento econômico aconteceram nos anos de 1971/1974. Posteriormente, com a crise do petróleo houve uma diminuição da atividade econômica no país. Uma tentativa de recuperar o crescimento dos anos anteriores foi a criação do PAEG – Plano de Ação Econômico Governamental. Esse programa detectou que entre os problemas no país estavam: inflação, desequilíbrios econômicos regionais e desequilíbrios nas contas externas (VIEIRA, 2009).

Para Suzigan (2000), a diminuição do crescimento econômico aconteceu devido a causas econômicas e estruturais: perda do dinamismo da substituição das importações, conjunturais devido à instabilidade macroeconômica, a crise da dívida externa e causas políticas. O nacional desenvolvimentismo e o intervencionismo estatal haviam perdido espaço na economia brasileira e isso ficou bastante evidente no período final do governo militar. A crise dos anos de 1980 mostrou que todas as ações políticas que orientavam o setor industrial e econômico do país não mais se aplicavam assim como a orientação do mercado também não se aplicava na regulação interna uma vez que a economia brasileira manteve-se fechada ao comércio internacional.

A abertura comercial no governo de Fernando Collor de Melo marca a nova etapa do processo econômico-industrial do país. Diminuição da participação do Estado na economia, internacionalização através do aumento da importação e necessidade de renovação do aparato produtivo nacional para competir com produtos importados (HENRIQUE, 2011).

2 A INDUSTRIALIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS A PARTIR DE INVESTIMENTOS ESTATAIS

Em 1906 aconteceu no município de Taubaté, interior de São Paulo o “Convênio de Taubaté” acontecimento político que tinha por fim regular o preço do café no mercado internacional. O produto mais dinâmico da economia paulista (regional) estava em crise e isso possibilitou mudanças em todo o sistema econômico da época, levando a economia regional baseada na agricultura para à industrial (RICCI, 2006).

De acordo com Pereira (2009), no final do século XIX e início do século XX o município de São José dos Campos era pobre e havia a necessidade de gerar riquezas. A terra não era boa para a agricultura, sendo as plantações constantemente atacadas por formigas, o café era um produto que não dava mais riqueza. O comércio foi a solução econômica. A cidade era conhecida como “Cidade Senatorial” devido ao clima favorável para o tratamento da tuberculose.

No aspecto econômico, os municípios de Taubaté e Jacareí, ambos no interior do estado de São Paulo possuíam atividades industriais mais relevantes, sendo que em 1925, com a instalação da “Tecelagem Parayba” o município de São José dos Campos ganha uma importante fábrica que marcaria sua história de quase meio século de atraso na sua industrialização (JANUÁRIO, 2007).

De acordo com Vieira (2009), na década de 1950 recebeu grandes investimentos industriais, tanto do setor público quanto privado.

Ainda, de acordo com Januário (2007), a criação do CTA – Centro Tecnológico da Aeronáutica em 1947 e da Rodovia Presidente Dutra em 1951 foram os fatores determinantes para a mudança econômica local (e regional). Marcou o início da economia do município baseada na agricultura para a economia baseada na industrialização.

O processo de interiorização da industrialização estava acontecendo devido à saturação industrial da região metropolitana de São Paulo. Esse acontecimento, sobretudo após a segunda guerra mundial criou diversos centros dinâmicos em municípios em um raio de aproximadamente 100 km da capital (RICCI, 2007).

Vieira (2009) salienta que o processo de descentralização industrial tinha por objetivo migrar as indústrias para a sede administrativa regional, e que na região do Vale do Paraíba Paulista, São José dos Campos era essa sede. Essa política era conhecida como política de pólos e foi responsável por criar ilhas de excelência com elevada produtividade, motivadas, sobretudo por uma política agressiva de incentivos fiscais.

A presença do capital estatal no município foi marcada com a instalação do CTA, hoje, Comando Técnico Aeroespacial. Um fator que possibilitou a vinda para São José dos Campos foi a doação por parte do município de um terreno de 500 alqueires para a Aeronáutica, sendo a disputa para sediar tal empresa pública bastante acirrada, já que os municípios de Campinas, Rio Claro e Pirassununga tinham o mesmo interesse (PEREIRA, 2009).

A Rodovia Presidente Dutra possibilitou a redução de 12 para 6 horas de viagem entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, os dois maiores centros consumidores do país. Isso tornou as cidades cortadas pela rodovia o principal corredor econômico do país. O município, prevendo tal facilidade competitiva manteve sua política de incentivos fiscais para atratividade industrial (JANUÁRIO, 2007).

No entanto, de acordo com Ricci (2007), a política de incentivos fiscais na região tendo como objetivo a atratividade de indústrias mostrou-se ineficiente em diversos aspectos, inclusive não trazendo o desenvolvimento econômico (melhoria efetiva na vida dos funcionários) e em alguns casos acarretando gastos públicos que poderiam ser evitados.

De acordo com Januário (2007), o município não teve apenas indústrias que se aproveitaram dos benefícios fiscais para se instalarem, mas também a forte presença do setor estatal:

- 1954: inauguração da Faculdade de Direito, a Fundação Valeparaibana de Ensino atual Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP);
- 1960: inauguração da faculdade de odontologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP);

- 1961: é criado o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);
- nas décadas de 50 e 60, foram inauguradas a Escola Técnica Professor Everardo Passos (ETEP);
- 1968: inaugurada a faculdade Escola de Engenharia Industrial (EEI);

O setor de ensino e pesquisa qualificava mão-de-obra e os incentivos fiscais atraíam empresas, sobretudo do setor industrial, fator que contribuiu para o surgimento do Pólo Aeronáutico. Nas décadas seguintes, com a instalação da: JHONSON & JHONSON (1954), ERICSSON (1955) KANEBO (1957), EATON (1957), BENDIX (1957), ENGESA (1958), GENERAL MOTORS (1959), AVIBRAS (1961), EMBRAER (1970), entre outras, o município teve seu apogeu econômico, marcando a saída definitiva da economia agrícola para a industrial (JANUÁRIO, 2007).

De acordo com Santos & Beltrame (2008), o auge da industrialização em São José dos Campos aconteceu entre as décadas de 1960 e 1970 com a chegada de indústrias de grande porte, entre as quais a empresa pública REVAP – Refinaria Henrique Lage da Petrobrás.

Em 10 de agosto de 1970 foi inaugurado em São José dos Campos o CODIVAP – Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, sendo um dos consórcios pioneiros no Brasil. Surgiu de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São José dos Campos e a Universidade de São Paulo, e tinha por objetivo implantar políticas públicas nas áreas de: infraestrutura, saúde e recuperação ambiental, já que havia dificuldade de executar políticas públicas regionais (VIEIRA, 2009).

De acordo com Costa & Souza (2010), São José dos Campos é um município altamente industrializado constituindo um "Pólo Tecnológico" com base nos setores "aeroespacial, bélico e eletrônico" e a infraestrutura proporcionada pelo governo Federal e Municipal foram de extrema importância para esse processo de acumulação de capital. No caso do governo federal essa participação vai além de facilidades oferecidas ao setor privado, mas também pela instalação de empresas públicas de grande porte e com alto valor adicionado na região. A Embraer pode ser considerada um fruto dos investimentos do governo em Ciência & Tecnologia Aeroespacial no município.

De acordo com Vieira (2009), no início da década de 1970 a economia brasileira teve um elevado crescimento, isso devido ao II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. A década de 1980 ficou conhecida como década perdida e nos três primeiros anos da década de 1990 o Brasil passou por situações adversas na economia, como: hiperinflação, pressão na dívida interna e externa, redução dos investimentos estatais e instabilidade macroeconômica. Com o Plano Real (1994) o Brasil voltou a crescer, no entanto com índices baixos. Essas situações econômicas refletiam na economia regional.

No entanto, apesar de todo o avanço no crescimento econômico patrocinado pelo Estado: seja através de incentivos fiscais ou através de investimento direto do governo (sobretudo do governo federal), entre 1950 e 1990 a região do Vale do Paraíba Paulista teve seu desenvolvimento essencialmente econômico, ignorando o desenvolvimento sustentável do seu território (RONCA & VITALE, 2004).

DISCUSSÃO

As políticas públicas orientaram o sistema produtivo brasileiro durante todo o período de industrialização. No início através da proteção ao setor cafeeiro, depois com medidas de proteção a indústria nacional e atratividade de capital externo. E no último momento, já no final do século XX com a crise do Estado, a abertura comercial e o choque provocado pelas importações na concorrência interna.

No entanto, uma questão que deve ser discutida é o quanto essas medidas foram eficazes no sentido de trazer melhorias e alavancar o crescimento e desenvolvimento. Isso tanto na proteção ao mercado cafeeiro, o desenvolvimento trazido com o Milagre Econômico e a abertura comercial, essa trazendo inclusive políticas neoliberais que permearam o sistema como um todo.

O Estado teve um papel importante na promoção econômica do município de São José dos Campos: investiu e criou condições para investimentos. No entanto, o planejamento das

políticas públicas tem sido alvo de críticas quanto ao retorno esperado e o planejado. A participação do governo na economia gerou emprego e renda no município, mas isso pode ter criado uma situação de dependência local do capital público, ou seja, investimento não sustentado no decorrer dos anos.

O aumento populacional trazido com as políticas de crescimento econômico foi acompanhado de um planejamento urbano e ambiental? Essas são questões que precisam ser estudadas para possibilitar crescimento econômico sustentado e planejado no decorrer dos anos.

Outra questão que precisa de respostas é o quanto essas “ilhas de excelência” contribuem para o desenvolvimento não apenas local, mas regional.

CONCLUSÃO

A industrialização brasileira teve o café como precursor do seu desenvolvimento e acontecimentos que impulsionaram o sistema agrário para a nova economia industrializada. A atuação do governo e das políticas públicas como indutoras e reguladoras do sistema econômico foi primordial ao criar mecanismo de atratividade do capital externo, regular as atividades dentro do país e criar mecanismos de concessão de subsídios e incentivos fiscais à indústria nacional. O nacional-desenvolvimentismo funcionou até o momento em que as pressões externas impossibilitaram a permanência do sistema fechado aos produtos importados.

O município de São José dos Campos teve seu crescimento econômico motivado por políticas públicas e intervenção estatal de maneira indireta (infraestrutura, subsídios e incentivos fiscais) e de maneira direta com instalação de empresas públicas: AVIBRÁS, CTA, ITA, INPE, REVAP-PETROBRAS etc.

O papel do Estado foi e continua sendo de vital importância para o surgimento e sustentação do pólo tecnológico aeronáutico de São José dos Campos.

Os Institutos Federais de Pesquisa formaram e formam pesquisadores e profissionais de excelência mundialmente reconhecida que foram responsáveis pela manutenção da vocação municipal para a Pesquisa e Ciência & Tecnologia.

O Estado teve e tem sua participação nesse “empreendimento” que deu certo. No entanto, necessita de um melhor acompanhamento dos investimentos públicos, assim como dos subsídios oferecidos através de incentivos fiscais tendo em vista o retorno de benfeitorias que beneficiem a todos e tragam o desenvolvimento econômico regional (ou local no caso de São José dos Campos).

REFERÊNCIAS

CURADO, M.; CRUZ, M. J. V. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 399-431, set./dez. 2008.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

HENRIQUE, M. A. **Gestão Pública e a Questão Tributária**: um estudo sobre o ISS e o IPTU nos municípios de São José dos Campos e Taubaté. 2011.162f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2011

JANUÁRIO, E. A. **A Importância dos institutos de pesquisa para o surgimento do empreendedor de base tecnológica no polo aeroespacial de São José dos Campos**. 2007. 133f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2007.

LACERDA, A. C. *et al.* **Economia Brasileira**. 3.ed. – São Paulo: Saraiva, 2006

LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de Metodologia Científica** / Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 5. ed. – São Paulo: Atlas 2003.

MANTEGA, G. A. **Economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, G. A. **Manual para a Elaboração de Monografias e Dissertações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994

- MARTINS, G. A. **Manual para a Elaboração de Monografias e Dissertações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ed Cabral, 1990.
- MELO, H. P. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, jul./set. 2009.
- NEGREIROS, P. J. L. C. AMED, F. J. **História dos Tributos no Brasil**: Editora Sinafresp. São Paulo, 2000.
- PEREIRA, C. J. **A cidade, a fábrica e a juventude**: a mão-de-obra juvenil na fábrica de louças 'Santo Eugênio' e o contexto industrial de São José dos Campos – SP (1921-1973). 2009. 227f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo – São Paulo – SP
- RICCI, F. A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba Paulista. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. V.1, n.1, jul/dez 2006.
- _____. O desenvolvimento regional e a dinâmica do movimento do capital. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 4, p. 140-149, Nov /2007. Disponível em <WWW.rbgdr.com.br>. Acesso em 18 de jun de 2011.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas / Roberto Jarry Richardson: colaboradores José Augusto de Souza Peres... (et al). São Paulo: Atlas, 1999.
- RONCA, J. L. C. VITALE, S. P. S. M. Caminhos para a gestão integrada do território no Vale do Paraíba de 1950 a 2004. **Exacta**. v. 2, p. 133-149. São Paulo: Uninove, nov. 2004.
- SANTOS, M. S. BELTRAME, N. S. Projeto Mundo Digital. Anais do **IX Encuentro Internacional Virtual Educa Zaragoza, España, 14-18 junio 2008**
- SOUZA, A. A. M. COSTA, W. M. Análise da reestruturação do parque industrial e da consolidação do município de São José dos Campos, SP em centro de tecnologia aeroespacial do Brasil. **La Planificación Territorial y el Urbanismo desde el Diálogo y la Participación**. Buenos Aires, 2 – 7 de maio de 2010. Universidad de Buenos Aires. Disponível em <<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/359.htm>>. Acesso em 15 de jul de 2011.
- SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira**: origens e desenvolvimento. Nova edição. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.
- SUZIGAN, W. Industrialização Brasileira em Perspectiva Histórica. **Revista história econômica & história de empresas**. III. 2 (2000), 7-25.
- TERCI, E. T. Industrialização e seus impactos na urbanização do interior paulista: uma análise comparada de Americana, Piracicaba e Santa Barbara Doeste. **Revista história econômica & história de empresas**. XII. 1 (2009), 33-69
- TOLEDO, F. S. Taubaté como palco, o vale do Paraíba como cenário. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 3 (edição especial), p. 118-137, ago 2008. Disponível em <WWW.rbgdr.com.br>. Acesso em 18 de jun de 2011.
- VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2000.
- VIEIRA, E. T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional**: o Vale do Paraíba na segunda metade do Século XX. 2009. 177f. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.